

Versão	Vigência/Aprovação	Principais alterações	Área gestora
1.0	23.09.2020	Versão original aprovada pela 108ª RO, de 23.09.2020 - Reunião da Diretoria.	Diretoria de Risco e Conformidade
2.0	30.11.2023	Revisão periódica aprovada pela 153ª RO, de 30.11.2023 - Reunião da Diretoria.	Diretoria de Risco e Conformidade
3.0	30.11.2025	Revisão periódica aprovada pela 177ª RO, de 28.11.2025 - Reunião da Diretoria.	Diretoria de Risco e Conformidade

Sumário

1. Objeto.....	2
2. Abrangência	2
3. Conceitos e Definições	2
4. Regras Gerais	4
5. Regras específicas sobre Tratamento de Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis .	5
6. Procedimento no Caso de Violação de Dados.....	8
7. Disposições Gerais e <i>Enforcement</i>	9

1. Objeto

Esta Norma de Uso e Tratamento de Dados (“Norma”) da IRB Asset Management (“Companhia”) reflete as regras, princípios e valores que devem orientar as atitudes, comportamentos e tomada de decisões de todos os colaboradores da Companhia, fazendo com que nossas ações sejam exemplo de boas práticas e de respeito à legislação de proteção de dados pessoais e outras informações confidenciais.

Nesse sentido, a norma tem como objetivo incorporar às práticas internas da Companhia, a proteção da privacidade, bem como a conscientização e permanente atualização de seus Colaboradores e de Terceiros Contratados. Assim, a Norma deve ser lida e interpretada em conjunto com as demais normas internas da Companhia e deve ser utilizada como mecanismo de consulta em caso de dúvida a respeito de condutas comerciais, contatos com concorrentes, fornecedores e autoridades governamentais.

2. Abrangência

A Norma abrange todos os colaboradores da Companhia, constituindo compromisso individual e coletivo de todos e de cada um deles cumpri-la e promover seu cumprimento, em todas as ações da Companhia e nas suas relações com todas as partes interessadas.

Os colaboradores da Companhia tomarão conhecimento formal desta norma, que será amplamente divulgada. O descumprimento das regras, princípios e compromissos expressos nesta norma poderá implicar na adoção de medidas disciplinares, segundo as normas da Companhia.

3. Conceitos e Definições

Para os propósitos da norma, os termos listados abaixo têm os seguintes significados, e podem ser utilizados independentemente de gênero ou quantidade, conforme o caso:

Autoridade Pública: Todo órgão, departamento ou entidade da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, autoridades policiais, Ministério Público e Poder Judiciário, pessoa jurídica incorporada ao patrimônio público ou entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual; bem como os órgãos, entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como órgãos, entidades e pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou organizações públicas internacionais, inclusive fundos soberanos ou uma entidade cuja propriedade é um fundo soberano.

Colaborador: Todos os membros da administração, executivos, ocupantes de funções gerenciais, empregados e estagiários da Companhia.

Dados Anonimizados: Dados Pessoais relativos a um titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

Dados Pseudonimizados: Dados que deixem de ser atribuídos a um titular de dados específicos sem recorrer a informações suplementares (mantidas separadamente e sujeitas a medidas técnicas e organizativas), que não possam ser atribuídos a uma pessoa singular identificada ou identificável.

Dado Pessoal: Informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, inclusive de colaboradores, terceiros contratados (que sejam pessoas físicas) ou representantes legais, procuradores, sócios, administradores, empregados de terceiros contratados (que sejam pessoas jurídicas);

Dados Pessoais Sensíveis: Dados Pessoais que versem sobre a origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculados a uma pessoa natural.

Encarregado de Dados Pessoais: pessoa natural ou jurídica indicada pela Companhia para monitorar a conformidade da proteção de dados e atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a ANPD.

Operador de Dados Pessoais: a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o Tratamento de Dados Pessoais e Dados Pessoais em nome da Companhia, na posição de Controlador;

Recursos de Computação e Comunicação: Computadores, sistemas de comunicação (incluindo telefone fixo e celular, e-mail, conferência de vídeo, mensagens instantâneas e acesso à internet, incluindo acesso remoto) e tecnologia (incluindo hardware, software e outros sistemas de informação) que são providos pela Companhia para o uso de seus colaboradores e, eventualmente, Terceiros Contratados.

Terceiro Contratado: toda pessoa física ou jurídica que não integre o quadro de colaboradores da companhia nem pertença ao seu grupo empresarial, mas que seja formalmente contratada para auxiliar o desempenho de suas atividades. Incluem-se nessa definição parceiros, representantes, fornecedores, consultores, prestadores de serviços em geral, subcontratados, organizações da sociedade civil (ONGs), entre outros.

Tratamento: toda operação realizada com Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Violação de Dados: qualquer incidente, independentemente da natureza ou causa, que conduza à ou possibilita a destruição acidental ou ilegal, perda, alteração, divulgação não

autorizada ou acesso a Dados Pessoais transmitidos, armazenados ou tratados de outro modo pela Companhia ou por qualquer Terceiro Contratado em nome da Companhia.

4. Regras Gerais

É desejável que todos os colaboradores e terceiros tenham conhecimento desta norma, quando o serviço envolver tratamento de dados pessoais em nome da companhia.

Os colaboradores atestam a ciência e adesão acerca dos procedimentos definidos pela presente Norma mediante assinatura de termo próprio, sendo submetidos anualmente ao Programa de Treinamento adotado pela Companhia a fim de que sejam orientados sobre as rotinas a serem observadas no desempenho dos processos descritos nesta Norma.

Os contratos com Terceiros Contratados, quando envolver Tratamento de Dado Pessoal e Dado Pessoal Sensível, deverão conter cláusula contratual específica na qual o Terceiro Contratado se compromete a tomar conhecimento e respeitar esta Norma, e assume a responsabilidade de que qualquer subcontratado faça o mesmo.

A Companhia coletará Termo de Confidencialidade de quaisquer terceiros contratados que tiverem acesso às informações confidenciais a respeito da Companhia, seus colaboradores, fundos sob gestão e investidores, salvo se este compromisso já tiver sido firmado entre as partes mediante a assinatura do correspondente Contrato de Prestação de Serviços.

Uma versão atualizada desta Norma estará disponível na Intranet Corporativa, e quaisquer alterações substanciais a ela serão comunicadas por qualquer meio disponível. A fim de cumprir o seu objetivo, esta Norma será revisada no mínimo a cada 2 (dois) anos.

Todos os Dados Pessoais ou Dados Pessoais Sensíveis são informações confidenciais e devem ser tratados como tal para os fins desta Norma e demais manuais e políticas internas adotadas pela Companhia.

As atividades de Tratamento de Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

- (i) finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;
- (ii) adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;
- (iii) necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

- (iv) livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus Dados Pessoais;
- (v) qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;
- (vi) transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;
- (vii) segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os Dados Pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
- (viii) prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de Dados Pessoais;
- (ix) não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;
- (x) responsabilização e prestação de contas: demonstração, pela Companhia, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de Dados Pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

5. Regras específicas sobre Tratamento de Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis

Companhia é comprometida com a preservação da intimidade, privacidade e imagem da pessoa. Dessa forma, todos os Terceiros Contratados e Colaboradores devem tomar todos os cuidados previstos nesta Norma ou ditados pelas melhores práticas de mercado quando coletarem, usarem, visualizarem, tratarem, transferirem, anonimizarem ou de qualquer forma processarem Dados Pessoais. Sempre que possível, tendo em vista a finalidade do Tratamento, os Dados Pessoais deverão ser convertidos em Dados Anonimizados pelos Operadores de Dados Pessoais, com expressa autorização da Companhia.

A Companhia nomeará um Colaborador ou um Terceiro Contratado como Encarregado de Dados Pessoais, que será responsável por fiscalizar e orientar os Colaboradores sobre o cumprimento das disposições aqui presentes sobre Tratamento de Dados Pessoais, e atuará como canal de comunicação entre a Companhia, os titulares de Dados Pessoais e as Autoridades Públicas competentes. As informações para contato do encarregado estarão disponíveis no site da Companhia.

Os Colaboradores e os Terceiros contratados entendem e concordam que a Companhia poderá coletar, utilizar, processar, armazenar e transferir para terceiros, dentro e fora do país, seus

Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis, apenas na medida em que seja estritamente necessário para o gerenciamento de Colaboradores, Terceiros Contratados, para a consecução dos contratos com Terceiros Contratados e dos contratos de trabalho com os Colaboradores, bem como para fins de cumprimento de obrigação legal ou regulatória pela Companhia. Como consequência desta transferência, terceiros contratados podem ter acesso a essas informações, especificamente gerenciadores de bancos de dados, empresas que controlam software acessados pela Companhia na modalidade “Software como um serviço” (Saas), empresas responsáveis por auditorias e Autoridades Públicas que requerem ou que precisem receber tais informações, nos termos da lei.

Qualquer transferência de Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis para terceiros deverá se limitar ao estritamente necessário para cumprir com obrigações legais ou para possibilitar execuções dos contratos celebrados com os titulares desses dados. Dados desnecessários para tanto não serão transferidos.

A Companhia deverá manter todos os Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis alocados de maneira segura e com acesso restrito, de acordo com suas necessidades gerenciais. Ademais, manterá backup dos dados, cabendo as decisões negociais acerca deste backup a seu exclusivo critério.

A Companhia deverá também manter um canal adequado para que os titulares dos Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis possam requerer informações sobre o Tratamento de seus Dados Pessoais, além de poderem também atualizar informações e retificá-las quando incorretas ou necessárias. Os titulares também poderão solicitar cancelamento ou transferência de seus Dados Pessoais, e essa solicitação será avaliada pelo Encarregado de Dados Pessoais considerando a legislação aplicável e a possibilidade técnica de cumprimento da solicitação.

O Tratamento de Dados Pessoais em desacordo com esta Norma poderá levar a sanções disciplinares, podendo causar a rescisão de contratos de trabalho ou de prestação de serviços.

a) Tratamento de Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis

A coleta de dados pessoais deverá sempre se dar apenas na medida necessária para a consecução de contratos e para a preservação de relações comerciais e trabalhistas, e deverá respeitar as regras impostas pela companhia e pela legislação aplicável.

Qualquer dado pessoal desnecessário para as finalidades da coleta deverá ser deletado ou destruído. Qualquer dado pessoal que não for mais necessário (seja pelo fim de um contrato ou por sua obsolescência) também deverá ser destruído, exceto quando houver obrigação de guarda do dado por algum tempo não alcançado, de acordo com a lei aplicável e/ou obrigatoriedade regulatória.

Qualquer coleta de Dados Pessoais deverá ser fundamentada em uma das hipóteses legais de tratamento, conforme a legislação aplicada. A companhia deverá garantir que a indicação dos dados pessoais tratados, bem como a base legal e a finalidade do tratamento possa ser demonstrado a qualquer momento. Todos os contratos ou procedimentos que resultem em qualquer coleta de Dados Pessoais pela companhia deverão incluir cláusula detalhando a

hipótese de tratamento aplicável. Qualquer tratamento de dados pessoais será feito somente com o objetivo de atingir a finalidade de tratamento com base na qual o respectivo dado pessoal foi coletado, salvo se de outra forma permitido pela LGPD.

A companhia não coletará quaisquer dados sensíveis, salvo se houver a necessidade, finalidade e adequação para cada caso.

O encarregado de dados pessoais e/ou a equipe de privacidade será responsável por elaborar e manter atualizado um relatório descrevendo os dados pessoais armazenados pela companhia e qualquer tratamento de dados pessoais, incluindo suas finalidades e bases. A atualização deste relatório pode ser feita a qualquer momento, sob demanda ou na implantação de um sistema que tenha acesso a base com dados pessoais.

b) Contratos com Terceiros Envolvendo Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis

A Companhia dará conhecimento desta Norma aos Terceiros Contratados cuja prestação de serviço envolva Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis, devendo o contrato conter disposição específica obrigando o Terceiro Contratado a respeitar todas suas disposições. Nenhum contrato envolvendo Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis poderá ser celebrado com Terceiros Contratados que não se comprometam a seguir esta Norma ou ofereçam outras garantias contratuais que sejam suficientes para atender a todos os requisitos legais aplicáveis.

c) Limitações no Tratamento de Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis

Os Operadores de Dados Pessoais **nunca** poderão acessar, visualizar, utilizar, ou de qualquer maneira realizar qualquer Tratamento de Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis que não sejam absolutamente necessários para alguma tarefa ou execução de contrato, seguindo os princípios da finalidade, adequação e necessidade. Ademais, sempre que o Operador de Dados Pessoais for um Terceiro Contratado, este deverá ter o seu acesso aos dados coletados ou armazenados pela Companhia reduzido ao mínimo necessário para que possa cumprir suas obrigações contratuais com a Companhia.

Os Colaboradores e Terceiros Contratados que não tiverem como parte de suas funções aquelas conexas com o Tratamento de Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis **não deverão**, sob nenhuma hipótese, acessar, visualizar, utilizar, ou de qualquer maneira fazer qualquer Tratamento de Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensível, exceto quando estritamente necessário devido a alguma tarefa de manutenção ou monitoramento, casos nos quais **apenas o acesso e a visualização** a estes dados são permitidos.

Seguindo as regras referentes aos Recursos de Computação e Comunicação, os Operadores de Dados Pessoais **não deverão**, sob hipótese alguma, copiar Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis para dispositivos de uso pessoal, nem enviar ou encaminhar estes dados ou e-mails contendo algum tipo de Dado Pessoal e Dado Pessoal Sensível para qualquer pessoa que não tenha sido prévia e expressamente aprovada pela Companhia para receber tais dados. Da mesma maneira, os Operadores de Dados Pessoais não deverão, sob hipótese alguma, enviar ou encaminhar Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis ou e-mails

contendo algum tipo de dado para seus e-mails pessoais, ou utilizar e-mails pessoais para enviar informações desta natureza.

d) Transferência e Compartilhamento de Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis

A companhia pode, eventualmente, transferir ou compartilhar dados pessoais com terceiros, conforme permitido pela legislação e regulamentação aplicável e considerando a hipótese de tratamento que fundamentou a coleta dos dados, seguindo os princípios da legislação vigente. Ademais, pode também transferir ou compartilhar dados pessoais com companhias do mesmo grupo empresarial da companhia. Em ambas as situações, dados pessoais podem ser transferidos tanto para dentro quanto para fora do Brasil. Toda a coleta de dados pessoais deve informar aos titulares destas possibilidades.

A LGPD pode se aplicar ao tratamento de dados pessoais mesmo após os dados pessoais serem transferidos para fora do Brasil. Ao transferir dados pessoais para o exterior, a companhia se compromete a adotar um dos mecanismos legais para assegurar que a referida transferência cumpra as disposições da LGPD (por exemplo, adotar cláusulas contratuais específicas para determinada transferência, cláusulas padrão contratuais, normas corporativas globais etc.).

e) Término do Processamento de Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis

O término do Processamento de Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis ocorrerá nas seguintes hipóteses: (i) verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada; (ii) fim do período de tratamento, ou seja, 05 (cinco) anos após a cessação da prestação de serviço ao titular; (iii) comunicação do titular, inclusive no exercício de seu direito de revogação do consentimento, resguardado o interesse público; ou (iv) determinação da autoridade nacional, quando houver violação da Lei Geral de Proteção de Dados.

Os Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades: (i) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pela Companhia; (ii) transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos acima; ou (iii) uso exclusivo da Companhia, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

6. Procedimento no Caso de Violação de Dados

Qualquer incidente de dados ou possibilidade de incidente de dados deverá ser urgente e imediatamente informada a Gerência Segurança da Informação e para o encarregado de dados pessoais para que as providências adequadas sejam tomadas.

Os terceiros contratados que eventualmente armazenarem ou tratarem dados pessoais em nome da companhia deverão, em caso de incidente de dados ou da possibilidade de incidente de dados, notificar imediatamente a companhia, identificando os dados pessoais que foram ou

possam ter sido comprometidos, e seguindo as orientações da companhia acerca dos procedimentos a serem tomados.

No caso de incidente, a companhia, através do encarregado de dados pessoais, deverá comunicar, em prazo estipulado na LGPD, a ANPD, os titulares dos dados pessoais afetados e as autoridades setoriais competentes sobre a ocorrência que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares.

A comunicação mencionada acima deverá conter, no mínimo:

- a) descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
- b) as informações sobre os titulares de dados pessoais envolvidos;
- c) a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados pessoais, observados os segredos comercial e industrial;
- d) os riscos relacionados ao incidente de dados;
- e) os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e
- f) as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

Será de responsabilidade do encarregado de dados pessoais e/ou equipe de privacidade manter registro com informações de quaisquer incidentes de dado pessoal, incluindo os seus efeitos e as ações tomadas pela companhia em relação a elas. Tal registro deverá estar sempre disponível para verificação pela ANPD ou por autoridades setoriais competentes, nos termos da lei.

7. Disposições Gerais e *Enforcement*

Esta Norma entra em vigor a partir de sua publicação, deverá ser revisada no mínimo a cada 2 (dois) anos, sendo mantido o controle de versões, e circulada aos colaboradores para conhecimento e assinatura do Termo de Adesão e Confidencialidade supramencionado sempre que alterado.

A Companhia manterá registro das operações de Tratamento de Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis que realizar, especialmente quando baseado no seu legítimo interesse, bem como todos os documentos, relatórios e informações relevantes para os procedimentos e rotinas descritos nesta Norma, sendo arquivados em meio físico ou eletrônico na Companhia, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

O presente instrumento prevalece sobre quaisquer entendimentos orais ou escritos anteriores, obrigando os colaboradores da Companhia aos seus termos e condições.

A título de *enforcement*, vale notar que a não observância dos dispositivos da presente Norma resultará em advertência, suspensão, demissão ou exclusão por justa causa, conforme a gravidade e a reincidência na violação, sem prejuízo das penalidades civis e criminais.